

EDIÇÃO 02

MAIO DE 2024

CENTELHAS

REVISTA DE POLÍTICA E CULTURA
REVOLUCIONÁRIA SOCIALISTA



DITADURA NUNCA MAIS





CENTELHAS

REVISTA DE POLÍTICA E CULTURA
REVOLUCIONARIA SOCIALISTA

BRASIL, MAIO DE 2024

“CENTELHAS” - REVISTA DE POLÍTICA E CULTURA REVOLUCIONÁRIA SOCIALISTA

Conselho Editorial:

Alan Cardoso

Cheron Zanini Moretti

Júlio Bueno

Roberto Araújo

Rosa Marques

Tarzia Medeiros

Vanda Souto

Desenho e Diagramação:

Lídia Farias

Alan Cardoso

Raul Filho

CAPA:

Marina de Botas

Impressão e Acabamento:

Expressão Gráfica

SUMÁRIO

2024: Um ano marcado por LUTAS e memória histórica	6
SER E NÃO SER. A Revolução Portuguesa de 1974/1975.....	8
Um dia que perdura há 60 anos.....	17
QUARENTA ANOS DO MST	20
Transição energética ou transição ecológica: Decifra-me ou te devoro	26

2024: Um ano marcado por LUTAS e memória histórica

*Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
Ainda guardo renitente
Um velho cravo para mim*

*Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
Esqueceram uma semente
Em algum canto de jardim*

*Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar*

*Canta a primavera, pá
Cá estou carente
Manda novamente
Algum cheirinho de alecrim*

Canta a primavera, pá Cá estou carente Manda novamente Algum cheirinho de alecrim (Chico Buarque)

Chega agora às nossas mãos a edição de número 2 da revista Centelhas. Nesta, são abordadas algumas efemérides bastante significativas para a história e a conjuntura da luta de classes.

A capa é uma criação da artista cearense Marina de Botas. Inspirada nas imagens da Revolução dos Cravos e na luta camponesa, a artista desenvolveu sua arte. Os símbolos e as representações visuais dos movimentos revolucionários são expressões artísticas que uniram operários, camponeses, indígenas, negros(as), quilombolas e transmitiram ideias e valores, inspiraram ações, desafiando a ordem do capital e se tornaram parte do legado revolucionário.

Uma primeira, saudosa e alentadora: os 50 anos da revolução Portuguesa que destituiu o salazarismo (Revolução dos Cravos). Fernando Rosas (Bloco de Esquerda, Portugal) narra a vitória de uma mobilização fortemente inspirada na rejeição à guerra colonial, seus desdobramentos, a contrarrevolução e o saldo do processo. Uma revolução que, por vezes, ainda espalha o seu aroma de cravos, a nos inspirar nas lutas presentes e vindouras.

A segunda, extremamente nefasta e macabra, são os 60 anos do golpe civil-militar perpetrado a partir de 1º de abril de 1964 (dia da mentira). Valter Pinheiro rememora a construção da narrativa mentirosa e o terror que se seguiu. Uma mentira que ainda traz desdobramentos políticos e conjunturais, e que devem nos colocar em permanente alerta.

Uma terceira, auspíciosa e encorajadora: os 40 anos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, com seu abril vermelho rendendo homenagens a quem tombou na luta pela reforma agrária e denunciando o papel nefasto do agronegócio na manutenção da fome e da morte. Adelaide Gonçalves faz a memória histórica do MST para celebrarmos, desta forma, a existência deste movimento camponês de luta pelo direito à terra para quem nela trabalha, pelo território, pela produção do viver e da pedagogia na luta, cujo fortalecimento nos enche de esperança.

Além disso, Soraya Tupinambá traz uma visão ecossocialista sobre os impasses da transição energética nos marcos do ecocapitalismo e neocolonialismo moderno, com destaque para as mudanças na fronteira energética no Brasil e na América Latina, que conta com aval e financiamento do Estado brasileiro para aprofundar esta nova forma de ecocídio.

Estas escolhas refletem o contexto atual com diferentes poderes de impactar nossa avaliação da conjuntura e nossa ação local. Confiamos que a leitura trazida pelos textos desta edição possa contribuir para subsidiar nossa ação militante anticapitalista neste tempo histórico, e inspirar camaradas das mais variadas trajetórias políticas a intervir com mais força, apoiando-se em experiências vividas.

Boa Leitura!

Centelhas Tendência-movimento do PSOL e da IV Internacional

Maio de 2024

SER E NÃO SER. A Revolução Portuguesa de 1974/1975

Fernando Rosas, historiador, fundador do Bloco de Esquerda/Portugal

O movimento militar vitorioso a 25 de Abril de 1974 deu origem, desde o próprio dia, à explosão de um movimento revolucionário de massa, um verdadeiro abalo telúrico que subverteu a ordem estabelecida a todos os níveis da sociedade. Ele tentou criar e articular novas formas democráticas de organização e expressão da vontade popular em milhares de empresas, nos bairros populares das periferias das cidades, nos campos do sul, nas escolas, nos hospitais, nos órgãos locais e centrais do Estado e até nas Forças Armadas.

Um movimento revolucionário de massas que no seu processo, nos seus distintos períodos ofensivos, ocupou fábricas, as terras do latifúndio, as casas de habitação devolutas, descobriu a autogestão e o controlo operário, impôs a nacionalização da banca e dos principais sectores estratégicos da economia, saneou patrões e administrações, criou Unidade Coletivas de Produção para a Reforma Agrária e geriu a vida de milhares de moradores pobres de Norte a Sul do país. Um movimento que no seu ímpeto impôs na rua, pela sua própria força e iniciativa, como conquistas suas, as liberdades públicas, a democratização política do Estado, a destruição do núcleo duro do aparelho repressivo do anterior regime e a perseguição dos seus responsáveis, o direito à greve, a liberdade sindical, as bases de uma nova justiça social. Um mundo voltado de pernas para o ar, os 19 meses em que o futuro era agora, um curto e raro instante em que as mulheres e os homens comuns, o povo do trabalho e da exploração, sonhou poder tomar o destino nas suas próprias mãos. A isso se tem chamado, e a meu ver bem, a Revolução portuguesa de 1974/1975.



Foto: Henrique Matos, CC BY - SA 3.0 < HTTP - creativecomuns.org>

Do golpe militar à explosão revolucionária

Esta Revolução tem uma primeira e essencial particularidade a que normalmente se dá pouca atenção. É que ela é detonada por um golpe militar de características singulares na longa história dos golpes militares dos séculos XIX e XX em Portugal. Um movimento militar fruto do cansaço da guerra colonial que se arrastava há 13 anos, sem vitória possível e com graves derrotas à vista, travada contra os ventos da história, injusta e a prazo breve ruinosa. Num país impedido pela ditadura de se expressar e decidir livremente sobre este assunto, o descontentamento contra a guerra, numa dessas ironias em que a história é fértil, vai ser interpretado pelos jovens oficiais que a conduzem no terreno, os capitães e maiores que comandavam as companhias, unidades matriciais da quadrícula da ocupação militar colonial.

Ou seja, não é um *complot* de generais, almirantes e coronéis (até ao fim fiéis ao regime e ao esforço de guerra, salvo as exceções conhecidas). É um movimento de oficiais intermédios a que, no processo, aderirão oficiais subalternos e milicianos. Uma conspiração que, num contexto de descontentamento popular crescente e no ambiente político e ideológico da época, rapidamente evoluiu dos objetivos corporativo-profissionais (que, aliás, o Governo satisfez em outubro de 1973) para um propósito político subversivo: de setembro de 1973 a março de 1974, dos plenários de oficiais de Évora ao de Cascais, o movimento assumiria claramente a consciência da necessidade de derrubar o regime. Sem democratização não haveria solução política para acabar com a guerra.

A rápida extensão e politização da conspiração dos oficiais intermédios, o seu controlo ou neutralização da maioria das principais unidades operacionais dos três ramos das Forças Armadas no país criava, assim, uma situação não imediatamente perceptível mas decisiva: privava drasticamente o Estado e a hierarquia militar de força operacional, ou seja, transformava-a, na realidade, e ao seu juramento de obediência ao regime, numa patética e inútil “brigada do reumático”. Numa cabeça sem corpo e sem consciência de o não ter. Mas retirava esse poder de intervenção, também, aos raros generais dissidentes convencidos que tinham na mão uma espécie de golpe militar privado. As primeiras horas do “25 de Abril” e do seu rescaldo foram uma amarga surpresa tanto para os comandantes hierárquicos fiéis como para o general Spínola e os oficiais que o seguiam. Nessa longa noite de 25 para 26 de Abril no quartel da Pontinha, onde se abrigara o estado-maior do movimento, os spinolistas travaram conhecimento próximo com um Movimento das Forças Armadas (MFA) disponível para algumas cedências programáticas quanto às colónias, mas totalmente indisponível para ceder o seu lugar no processo que se ia seguir.



Foto: Henrique Matos, CC BY - SA 3.0 < HTTP - creativecomuns.org>

Disto decorre uma segunda característica central: a neutralização/anulação do papel tradicional das FA. A vitória do movimento dos oficiais intermédios, na realidade, rompe a cadeia hierárquica de comando das FA, subtrai-as ao controlo tradicional do Estado e das chefias por ele designadas, dessa forma paralisando a função das FA como órgão central da violência organizada do Estado. Nesse sentido, em rigor deixa de haver FA, sucedendo-lhe – o que era coisa bem distinta –, o MFA, que a breve trecho controlará o essencial do poder militar operacional mais relevante através do COPCON (Comando Operacional do Continente). Neste inicial período de liderança spinolista, até à sua derrota em 28 de setembro de 1974, quando muito, há a luta desesperada dos restos da velha hierarquia (aliás largamente saneada na “noite dos generais” pelos oficiais revoltosos, logo a 6 de maio) para eliminar o MFA como órgão de poder de facto. A derrota do spinolismo consagra assim essa espécie de anulação das FA como espinha dorsal da violência do Estado.

Convém acrescentar que essa circunstância tem ainda uma outra consequência relevante: a paralisação, pulverização e enfraquecimento geral do poder e autoridade do Estado. O que emerge do golpe militar é um poder poliédrico de competências conflituantes e debilitadas: uma Junta de Salvação Nacional sem poder real nas FA, um Governo Provisório sem poderes sobre as FA e com as forças policiais e ministérios paralisados, um Conselho de Estado de competências largamente retóricas e, fora desta lógica institucional (ainda que representada no Conselho de Estado), a Coordenadora do Programa do MFA, única sede de poder efetivo, mas em forte disputa com a facção spinolista nas FA e nos demais órgãos. O velho poder caíra, já não ameaçava ninguém, e deixava um campo vago e vulnerável a uma drástica alteração da relação de forças no plano social e político.

Finalmente, o processo que se vem descrevendo tem um outro efeito: a cessação a curto prazo da guerra colonial nas três frentes e a formação, quer nos contingentes em África, quer na opinião pública portuguesa, de um forte movimento recusando novos embarques de tropas para as colónias, exigindo a litoralização do dispositivo militar e o regresso das tropas, pressionando pela imediata abertura de negociações com os movimentos de libertação nos termos por eles apresentados, ou, nas zonas de guerra, substituindo o combate pela confraternização com o “inimigo”. Rigorosamente, em termos político-militares o exército colonial rendia-se, assumia a derrota. O exército colonial e a opinião pública recusavam-se a continuar a guerra. A descolonização iria assim ser negociada pelo MFA e o Governo Provisório, sem opinião pública favorável a qualquer forma de prolongar o conflito, sem FA dispostas a continuar a combater e sem apoio internacional para algo que não fosse a autodeterminação e a independência para os povos das colónias. Começava o fim do império.

A conjugação dos fatores acima indicados (o apagamento da função das FA como garante central da “ordem” e a deliquescência do poder do Estado) com a forte tensão política e social acumulada no período final do regime marcelista, origina a explosão revolucionária. O movimento de massas, largamente espontâneo, por virtude de um desses “mistérios” que caracterizam as situações revolucionárias maduras para a ação, teve, na própria manhã do golpe – o emblemático desenlace do confronto na Ribeira das Naus e na Rua do Arsenal terá tido nisso o seu papel – a dupla intuição de que podia e devia tomar a iniciativa. A intuição do momento e a intuição da força própria: “é agora, porque eles deixaram de ter Exército: somos mais fortes do que eles”. A compreensão quase intuitiva de que a correlação de forças, naquele momento indesperdiçável, era favorável à iniciativa popular. E de espectador, o movimento de massas passa a ator principal. Antes do golpe militar, por si só, não obstante a sua força e radicalidade, não conseguia derrubar o regime. Mas agora agarrava a oportunidade que esse particular movimento militar lhe facultava, entrando de rompante pelas “portas que abril abriu”.

O golpe, ao contrário do que pretendeu a tentativa de Álvaro Cunhal o recuperar para a velha narrativa do “levantamento nacional”¹, não era em si mesmo a expressão armada da “insurreição popular” (initialmente quereria mesmo evitá-la...), não era a explosão revolucionária, todavia, pelas suas características particulares, contribuiria decisivamente para a desencadear.

Na sua imparável dinâmica inicial, entre maio e setembro de 1974, o movimento popular revolucionária conquista na rua, nas fábricas, nos bairros populares, nas escolas, nas zonas rurais, muito do essencial: os fundamentos da democratização política, as liberdades públicas fundamentais, a liquidação dos órgãos de repressão e censura política e das milícias fascistas, muito antes de tudo isso ter consagração legal. A democracia política em Portugal não foi uma outorga do poder. Foi uma conquista popular imposta ao poder. O mesmo quanto à democratização social, quanto ao direito à greve, à liberdade sindical, ao salário mínimo, às férias pagas, à redução do horário do trabalho, aos fundamentos de um sistema universal de segurança social ou à ocupação das casas devolutas pelos moradores pobres. O movimento de massas fez tudo isso enfrentando com os seus órgãos de vontade popular eleitos em plenários de fábricas ou assembleias de moradores, a oposição sistemática da Junta de Salvação Nacional (JSN), do Governo Provisório (GP) e até da direção do PCP e da Intersindical nessa fase investidos em guardiões da “ordem democrática” contra o “esquerdismo irresponsável”. No entanto, foi a força desse movimento que se mostrou decisiva na derrota da primeira tentativa contrarrevolucionária do spinolismo, em 28 de setembro de 1974, de alguma forma impondo o MFA como força político-militar hegemónica no processo.

A partir de Outubro de 1974, a crise económica, o encerramento ou a pilhagem de muitas empresas pelos patrões em fuga, o disparar do desemprego, alteram e radicalizam os padrões de ação: os trabalhadores ocupam empresas, e, a partir de Janeiro, as herdades dos agrários alentejanos e do Baixo Ribatejo, experimentam a autogestão ou exigem a intervenção do Estado ou do MFA, ensaiam várias formas de controlo operário e fazem-no através de Comissões de Trabalhadores ou de moradores por si eleitas. Manter as empresas a funcionar, derrotar a sabotagem económica, assegurar o emprego, cedo coloca a questão da nacionalização dos sectores estratégicos da economia (a começar pela banca). O propósito é conquistado no rescaldo da derrota da segunda tentativa contrarrevolucionária dos spinolistas, em 11 de março de 1975. Aprova-se a nacionalização da banca (na prática dos grandes grupos financeiros) e legaliza-se a Reforma Agrária já em curso. O controlo operário está na ordem do dia. O processo revolucionário parecia dar um passo em frente. Na realidade, era o último.

Efetivamente, o heteróclito campo da revolução iria sofrer, nos meses seguintes, três derrotas sucessivas e determinantes. A primeira, com as eleições de abril de 1975 para a Assembleia Constituinte. Não foram só os modestos resultados do PCP (12,5%), do MDP (4,1%), do MES (1'02%) e da UDP (0,7%): foi a percepção social da alteração do critério legitimador do poder em redefinição que dela incontrolavelmente resultou. Na realidade, com as eleições de abril 1975 a legitimidade eleitoral impõe-se definitivamente sobre a legitimidade revolucionária.

1 Na manhã do dia 25 de Abril de 1974, na Rua do Arsenal, em Lisboa, tanques da Escola Prática de Cavalaria, de Santarém, aderente ao movimento militar, enfrentaram os de Cavalaria 7, comandados pelo brigadeiro Junqueira dos Reis, fiel ao regime. Depois de várias tentativas de conversações, o brigadeiro dá ordem de fogo contra o capitão Salgueiro Maia que comandava a força de cavalaria de Santarém. O alferes que chefiava a guarnição do tanque recusa-se a obedecer e recebe voz de prisão. O cabo que, em seguida, recebe ordem idêntica, também desobedece. Parte da força passa-se para os revoltosos e os outros voltam para trás. Situação idêntica ocorreu na avenida da Ribeira das Naus, paralela à rua do Arsenal. Tornou-se claro que o regime não tinha força militar que o defendesse.

Cf. Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)*, ed Avante, Lx, 1999, pag. 101 e segs.

E a verdade é que o PS vencera as eleições constituintes com 37,8% dos votos. A revolução não podia nem adiá-las, nem ignorá-las e muito menos anulá-las (o que era impensável num país onde a oposição fizera das eleições livres a sua bandeira de sempre). Nem tivera a força de as ganhar.

A crise de legitimidade que fere o campo da revolução, nem sequer será suscetível de ser compensada pela retórica tutelar do vanguardismo militar sobre as futuras instituições democráticas que se pretendeu estabelecer no primeiro Pacto MFA/Partidos. A estratégia auto-centrada do PCP, agravada desde a viragem de março de 1975, escorada num aproveitamento instrumental das ideias correntes de um certo vanguardismo militar na esquerda do MFA (a célebre aliança povo/MFA), agravam duplamente as divisões do campo revolucionário. Desde logo, entre os seus vários componentes. Uma parte das organizações maoistas respondem à ofensiva do PCP considerando-o como o "inimigo principal". Os que não vão tão longe encaram-no com critismo e desconfiança.

Mas mais importante do que isso, essa crise de hegemonia afasta boa parte dos setores sociais intermédios que não reconhecem na hegemonia totalizante do PCP ou nas "democracias populares" o modelo de sociedade futura por que aspiram e não vêm a esquerda radical como alternativa. Começarão precisamente após as eleições de abril de 1975 a abandonar o campo incerto da revolução.

Não tem sentido, todavia, afirmar que o PCP tenha desistido de tomar o poder ou que nem sequer houvesse definido uma linha para a sua conquista. O PCP aplicava conscientemente a estratégia dita de Ponomariev para controlar o poder: tomar conta paulatinamente dos setores vitais do Estado (as autarquias, os serviços de informação, o aparelho militar), dos *media* nacionalizados, do aparelho sindical e apelar à "mobilização da rua" quando esse processo "entupia" em qualquer lado. Era uma ação dissimulada, frequentemente recorrendo à força e a processos administrativos de controlo que começou a gerar fortes reações na sociedade, designadamente no mundo do trabalho, nas autarquias, na opinião pública, nos meios militares, etc. A crise de legitimidade no processo revolucionário e o seu fracionamento interno derivam em grande parte desta espécie de autoritarismo burocrático que se estabelece por antecipação.

De qualquer forma, os campos extremam-se e rompe-se o consenso que depois de abril sustentara as instituições político-militares com a explícita e assumida rotura do campo que, em nome do socialismo democrático ou do "modelo europeu" se opõe ao da revolução socialista (cuja definição estava longe de ser clara ou consensual). Cai o IV Governo Provisório com a saída do PS e do PSD (reagindo à imposição da unicidade sindical e ao "*caso República*") e explicita-se a crescente e já indisfarçável desagregação do MFA. A extrema-direita terrorista passa à ação em todo o país contra as sedes e os militantes de esquerda e a hierarquia católica distancia-se do PREC a pretexto da ocupação da Rádio Renascença. Inicia-se a mobilização de massa contra o processo revolucionário com os grandes comícios e manifestações convocados pelo PS a favor de uma democracia parlamentar e "europeia" e as concentrações de apoio ao episcopado no Norte e Centro do país. Na realidade, em Julho de 1975, com a formalização do "Grupo dos 9", está constituído, tendo como eixo os "Nove" e o PS, um campo político-militar de oposição ao dividido campo revolucionário e que lhe vai disputar, palmo a palmo, as posições-chave no aparelho militar e no Governo, como primeiro passo para o derrotar no plano da mobilização social. Um campo apoiado abertamente pela direita política e dos interesses, por sectores maoistas que enfatizavam o perigo de um regime tutelado pelo

PCP e, mais na sombra, sabemos hoje melhor, pelas largas ramificações da extrema-direita fascista e terrorista do ELP/MDLP e grupos afins.

Precisamente, a segunda derrota do campo da revolução socialista, em Agosto/Setembro de 1974, é o afastamento da “esquerda militar”, sobretudo da ala dita “gonçalvista” mais próxima de Vasco Gonçalves e do PCP, não só da liderança do Governo Provisório como das fortes posições detidas no aparelho militar: é encerrada a V Divisão, Vasco Gonçalves é afastado de 1º Ministro e impedido de assumir o cargo de CEMGFA, Eurico Corvacho é demitido da chefia da Região Militar do Norte (RMN), os “gonçalvistas” são colocados em minoria no Conselho da Revolução perdendo 9 conselheiros, são readmitidos os conselheiros do “grupo dos 9”, o novo VI Governo é uma clara guinada à direita. Sobram Otelo Saraiva de Carvalho e o COPCON, mas o cerco a este último núcleo do revolucionarismo militar começa de imediato. O que sai deste embate é uma substancial alteração da correlação de forças a nível político e militar: nas chefias dos três ramos das FA e no Governo instalam-se agora opositores ao curso revolucionário. Não era o fim, mas era o prefácio do fim.

Com o processo revolucionário em curso, deter as cúpulas do poder político e até das chefias militares não bastava para resolver a situação. Havia um movimento de massas disposto a lutar pelo que tinha conquistado. A “contra ofensiva das lutas populares”, como lhe chamará o PCP, será forte e prolongada, mas representa já, não obstante a sua capacidade de mobilização entre Setembro e Novembro, um processo claramente defensivo contra o “avanço da reação” e a iminência de um golpe militar, na realidade, em preparação a partir do “grupo dos 9” e desde a “limpeza” desse Verão. Considerar essa radicalização terminal, quase desesperada e sem orientação clara, como o “momento insurrecional” ou o “assalto final” ao poder do Estado (R. Varela, 2014, p.421 e segs e 496 a 498), parece ser uma abordagem que pouco tem a ver com a realidade. As importantes mobilizações desse período, de uma forma geral, não colocavam a questão da tomada do poder: reclamavam as posições perdidas (demissão de Corvacho, desativação do CICAP, silenciamento à bomba da Renascença, atentados bombistas...), denunciavam os planos político-militares, esses, sim, ofensivos, do campo contra-revolucionário, em suma, estavam à defesa e tentavam segurar o que tinham obtido.

Isso não é incompatível, na ausência de um movimento de massas unificado e de uma direção política clara, com o deixar-se arrastar para a aventura golpista incipiente protagonizada pelos paraquedistas e as unidades do COPCON da Região Militar de Lisboa (RML) com o apoio de alguns sectores sindicais afetos ao PCP e da militância de parte da extrema-esquerda: ocupação das bases aéreas, de alguns pontos estratégicos da capital, da RTP e da Emissora Nacional (EN). A 25 de Novembro, isso constituiu o pretexto há muito esperado para se desencadear o contra-golpe militar a sério. O que precisamente é revelador neste contexto é a surpreendente facilidade com que, praticamente sem resistência (excetuando o breve confronto no quartel da Polícia Militar), o Regimento dos Comandos subjugou, uma a uma, as unidades rebeldes. As escassas centenas de pessoas que as “defendiam” dispersaram e os seus chefes militares, disciplinadamente, foram-se entregar ao Palácio de Belém. O PCP, auscultadas as unidades militares do COPCON na RML e travada a saída dos fuzileiros (a única força suscetível de enfrentar os comandos), dá ordem de desmobilização à Intersindical e aos comités de defesa da revolução. Cunhal não arriscava o partido em aventuras. Preferia negociar. A terceira derrota era, agora, definitiva para o processo revolucionário.

O Novembrismo

O novembrismo está para a contrarrevolução como o movimento militar de 25 de Abril esteve para a revolução. Ele não era a contrarrevolução em si, mas a alteração da correlação de forças que impôs abriu o campo a que ela paulatina, progressiva e constitucionalmente se instalasse como política dominante da situação pós-revolucionária. Dissimulada e prudente ela entrava pelas portas que novembro abrira. A 25 de Novembro, o golpe ordenava a prisão de 118 militares, saneava da RTP e da EN 82 trabalhadores e demitia as administrações e direções da imprensa estatizada, substituídas por gente do PS e PSD ou militares afins. Mas ao contrário do que pretendiam a extrema direita e certos sectores da direita, não houve prisões massivas de “vermelhos”, anulação das liberdades públicas, dissolução de partidos ou encerramento de sindicatos ou das suas publicações. O PCP manteve-se no Governo Provisório e a Constituição de 1976 consagraria o objetivo do socialismo, a irreversibilidade das nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário e o papel das Comissões de Trabalhadores.

Na realidade, segundo várias fontes orais coincidentes, o Grupo dos 9 parece ter negociado discretamente com o PCP uma *contenção pactuada* do processo revolucionário. Álvaro Cunhal prefere falar numa *contenção objetiva*. A verdade é que o PCP travara no terreno os ativistas sindicais, os militantes civis e os militares arrastados para a aventura iniciada pelos paraquedistas. Ela fora instigada por uma espécie de comando “invisível” de oficiais gonçalvistas ou do COPCON, menos controláveis partidariamente, a partir do SDCI², (Cerqueira, Armando, *Revolução e Contra-Revolução em Portugal* (2015), pag. 544 e segs) do que resultaria um processo obviamente distinto de uma clássica e violenta resposta contrarrevolucionária. Um acordo que fazia a economia de uma contrarrevolução sangrenta, mas em que os vencedores alteravam as regras do jogo em dois aspetos cruciais: impunham a consagração da legitimidade eleitoral sobre a legitimidade revolucionária como fundamento das novas instituições e, sobretudo, liquidavam o MFA, repunham a hierarquia tradicional das FA e, nesse sentido, anulavam a aliança essencial com esse braço armado de que dispusera o movimento popular no processo revolucionário. Recessavam as FA como espinha dorsal da violência legal do Estado.

É certo que a revolução terminava. Mas deixava na democracia parlamentar que lhe sucedia a marca genética das suas conquistas políticas e sociais, dos direitos e liberdades que arrancara na luta revolucionária e cuja continuação impusera e defendia na nova situação política. É por isso que a equiparação esquemática que por vezes se faz entre a contrarrevolução e a democracia parlamentar (R.Varela , *ibidem*, pag.482 e segs) desconhece que, no caso português, ela é fruto do compromisso com um processo revolucionário que profundamente a marcou. Ao contrário do que afirma a direita política e historiográfica – em curiosa aproximação com o citado ponto de vista – a democracia política não existe em Portugal apesar da revolução, mas porque houve a revolução.

Ser e não ser

Há, portanto, um ser e um não ser na revolução portuguesa de 1974/75. Ela teve a força de subverter a ordem estabelecida atingindo os fundamentos do próprio sistema capitalista, mas não conseguiu segurar e, menos ainda, aprofundar essas aquisições num poder socialista durável. Foi travada a meio caminho e perdeu boa parte das suas conquistas mais avançadas

2 SDCI (Serviço de Deteção e Controlo de Informação)

na contrarrevolução mansa que se estabeleceu com a “normalização democrática”. Ou seja, foi contida pelas formidáveis reações que despertou tanto nacional como internacionalmente. O que conduz à necessidade de tentar analisar, ainda que sumariamente, algumas das suas principais dificuldades. Abordarei brevemente três aspectos que me parecem mais importantes.

Em primeiro lugar, a situação de esboço de “duplo poder” criada pelos milhares de órgãos de vontade popular eleitos nas empresas, nos bairros e nos campos do Sul pelos trabalhadores e moradores. É um fato que ele nunca logrou constituir-se numa organização nacional una e articulada. Muito menos, na sua dispersão, assumiu maioritariamente uma orientação política clara ou colocou a si mesmo a questão da tomada do poder. Ao contrário do que aconteceu nos sovietes da Rússia de 1917 ou na revolução conselhista alemã de 1918/19, não há na revolução portuguesa um “poder popular” paralelo unificado, por isso se não colocou nunca, na prática, a questão de “todo o poder aos órgãos de vontade popular”. Até Julho de 1975 o PCP e a sua estrutura sindical opõem-se às Comissões de Trabalhadores (CT) eleitas nos locais de trabalho e, antes e depois disso, cada grupo político da esquerda radical tem as “suas” CT e CM (Comissões de Moradores eleitas nos bairros); as “suas” estruturas de articulação parcial, frequentemente guerreando-se entre si e com as que o PCP cria, finalmente, nesse Verão (M. Perez Suarez, 2018, p. 169 e segs).

Em segundo lugar, na revolução portuguesa, os órgãos de vontade popular não estão armados, novamente num contraste essencial com as citadas experiências soviética e conselhista. Eles são apoiados por um aliado externo a eles próprios, um movimento militar de oficiais subalternos (ou parte dele), ou até por algumas unidades dessa parte, à medida que a esquerda do MFA se vai dividindo e subdividindo. Não há operários, camponeses e soldados em armas, como alguns setores da esquerda radical reclamavam. Aliás, o PCP e as organizações radicais de esquerda mantiveram organizações nas FA mais para influenciar os oficiais do MFA do que para promover o insurrecionalismo dos soldados, excetuando a curta e irremediavelmente tardia experiência dos SUV (Soldados Unidos Vencerão), aliás explicitamente hostilizada pelas várias correntes do MFA. Nestes termos, há um processo revolucionário dos trabalhadores externamente apoiados, quando foi, por um movimento de oficiais crescentemente dividido e debilitado. A vulnerabilidade era evidente: se e quando a reação ao processo revolucionário lograsse reenquadrar o MFA na cadeia de comando das FA, eliminando-o, o movimento de massas, mesmo se se mantivesse, perdia a sua indireta expressão armada e subversora, retomando a natureza de movimento reivindicativo sem capacidade de colocar a questão do poder. Passava à defesa. Foi precisamente isso que aconteceu.

Em terceiro lugar, o campo político da revolução estava profundamente dividido política e ideologicamente sobre a natureza do poder a construir e os caminhos para lá chegar. E não houve, nem força claramente hegemónica suscetível de arrastar ou marginalizar as demais, nem capacidade de encontrar uma plataforma mínima de ação comum (a própria FUP, Frente de Unidade Popular, constituída em 25 de agosto de 1975 entre o PC e outros 7 grupos já com propósitos claramente defensivos e sem participação dos maoistas, começa a desfazer-se 3 dias depois com a saída do PCP). A divergência central seria entre a estratégia cunhalista de progressiva ocupação do aparelho civil e militar do Estado, do MFA, das direções dos sindicatos e dos jornais/rádio/RTP, das autarquias, etc... frequentemente à margem de qualquer verdadeiro escrutínio democrático, de “cima para baixo”, e a orientação comum à esquerda radical de criar na luta de classes um “poder popular” capaz de partir ao assalto revolucionário do Estado, mas sem qualquer vislumbre de consenso ou de convergência sobre como proceder. Mas mesmo no subcampo da extrema-esquerda, a guerra dos sectarismos

em torno da “pureza” revolucionária era generalizada. E tudo isso, claro está, se reflete em cheio na coesão da esquerda do MFA, já em rotura com o “grupo dos 9”.

Na realidade, uma das singularidades da revolução portuguesa que o preconceito ideológico de boa parte da historiografia sobre este período tende a ocultar, é que a extrema esquerda, mesmo pulverizada e em guerra interna, teve a força social e política suficiente para dificultar e disputar a hegemonia político-ideológica do PCP no processo, sem, todavia, lograr impor um caminho alternativo e, muito menos, qualquer tipo de plataforma de entendimento comum. Este impasse no campo da revolução abriu uma guerra no seu seio onde a violência sectária de todas as partes, frequentemente, não foi só verbal, dando lugar a agressões, saneamentos, manipulações e até a repressões massivas na tentativa de eliminar politicamente o campo maoista mais hostil ao PCP. Este conflituoso bloqueio afastou, naturalmente, aliados sociais instáveis ou desiludidos, evidenciou impotênciam na resposta, exprimiu desunião e fraqueza, isolou o campo em si mesmo, e nele se hão-de buscar algumas das razões que levam à incapacidade de resistir com sucesso à contraofensiva no Verão de 1975 e ao que se lhe seguiu.

Concluindo, pode dizer-se com segurança que a revolução portuguesa não foi um assunto encerrado pelo novembrismo de 1975. A força telúrica que explodiu nesse “dia inicial inteiro e limpo” não bastou para vencer, mas permitiu-lhe, todavia, marcar e condicionar fortemente o que se seguiu. No essencial, e seguramente com a feição dos dias de hoje, é ainda em torno da defesa, consolidação e alargamento desse patrimônio, ou seu contrário, que se define a luta política em Portugal.



Um dia que perdura há 60 anos

Valter Pinheiro - é Professor, ex-preso político e coordenador do Comitê Pela Memória, Verdade e Justiça do Ceará (CMVJ-Ce)

Quanto tormento, sem fim, a fervilhar na memória! Tudo começou em 1º de abril de 1964, com um golpe político contra o presidente eleito constitucionalmente, João Goulart. Golpe que começou a ser articulado bem antes de 1964, envolvendo vários setores da classe dominante, velhos militares pervertidos de altas patentes das forças armadas brasileiras, principalmente do Exército. Todos em conluio com o governo imperialista dos Estados Unidos, que já mantinham o Brasil sob rédeas curtas.

Em consequência desse golpe, foi instalada uma das mais longas e sanguinárias ditaduras civil-militar nazi-fascista da América Latina. Os argumentos para o Golpe foram forjados pelo governo imperialista dos Estados Unidos de comum acordo com poderosas empresas brasileiras e as Forças Armadas, sempre submissas a esse país. Destaque-se que o Exército desde a sua formação, na época do Império, esteve às ordens de governos imperialistas como a Inglaterra. Exército que sempre se curvou diante das bandeiras de nações, cujos governos abutres, adotaram como meta a invasão de países latino-americanos, africanos e asiáticos. As academias militares dos Estados Unidos com as suas poderosas organizações criminosas CIA e Escola das Américas (atual sigla, em inglês, WHINSEC - Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança) eram e são os centros de formação preferidos dos oficiais do exército brasileiro e, ressalte-se, em todos os governos, inclusive os do PT.

O que pretendia realizar o governo de João Goulart? Nos marcos da Constituição vigente, acatou as reivindicações de realizar reformas de base que trouxessem dias melhores para a classe trabalhadora. Como exemplos, podem-se mencionar as reformas agrária, educacional e tributária. Nenhuma dessas feria a constituição de um país dominado pela classe dominante burguesa. É evidente que o movimento sindical e as organizações estudantis em todos os níveis abraçavam essas reivindicações e mobilizaram a população para esclarecer sobre a urgente necessidade delas.

Os militantes comunistas participavam? Por que não? As organizações comunistas sempre devem participar de qualquer luta que interessa à classe trabalhadora da cidade e do campo. Quanto à sensibilidade de João Goulart a essas reformas não se vinculavam a uma adesão ao movimento comunista. Ele nunca foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro ou a qualquer outra organização de origem marxista-leninista. Ele era filiado ao PTB assim como o Brizola que também não era comunista. Goulart era um fazendeiro de formação democrática pequeno-burguesa. Estes esclarecimentos são necessários para que se possa compreender o absurdo dos falsos argumentos nazi-fascistas das Forças Armadas e dos abutres do governo imperialista dos Estados Unidos.

Após uma intensa preparação com muita antecedência, de meses, foi promovida uma propaganda que incluía rádios, jornais, TV, publicações em fábricas, escolas, envolvendo o clero da Igreja Católica (predominante na época) tudo para causar pânico na população desinformada

sobre a iminência do avanço do comunismo "que vinha para escravizar os trabalhadores". Veio dos Estados Unidos, sob orientação da CIA, o pároco de Hollywood Patrick Peyton com a missão de preparar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, juntamente com uma organização católica de extrema direita, a TFP (Tradição, Família e Propriedade).

Em síntese, em 1º de abril de 1964, as costas brasileiras do Nordeste e do Sudeste foram ocupadas por navios de guerras estadunidenses, ao mesmo tempo que nosso espaço aéreo e os comandos do Exército com instrutores da CIA, que deixavam os generais bem aconchegados.

Era o começo do mais terrível retrocesso e trevas para a população brasileira que nem entendia com clareza o que se passava. De imediato, implantou-se a censura a todos os órgãos de comunicação e as restrições de liberdades individuais. Apenas dois partidos políticos foram permitidos, ARENA e MDB (oposição permitida).



Tôná Carreiro, Eva Wilma, Odete Lara, Norma Benghel e Cacilda Becker em protesto contra a censura artística - Arquivo Nacional

As entidades estudantis foram perseguidas. Peças de teatro e letras de música popular teriam de ser submetidas à censura. Nas ruas e praças eram proibidas aglomerações de mais de duas pessoas. O hino nacional passou a ser obrigatório nas escolas antes do início das aulas. As ruas eram patrulhadas por viaturas do Exército. Os governadores eram nomeados pelo comando das Forças Armadas. As escolas de ensino básico eram dirigidas por intervenientes e o mesmo acontecia com as Universidades. Ficou extinto o habeas corpus. As pessoas detidas não tinham direito à assistência de um advogado. Cada Força Armada criou um órgão de investigação. O Exército criou o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna). Os presos, ou mais precisamente, os sequestrados eram levados, para esse órgão, já despidos e submetidos a terríveis sessões de tortura e, em muitos casos assassinados.

Em geral, a família não recebia o corpo para sepultamento. A decisão de ser despidido era para homens e mulheres. Durante a sessão de tortura, os presos recebiam choques elétricos, eram

colocados em um instrumento chamado “pau de arara”, afogados, levados para uma cadeira metálica chamada “cadeira do dragão”, recebiam tapas nos ouvidos até os tímpanos estourarem, havendo torturas por empalação e o corpo partido em bandas pelas pernas. As mulheres recebiam as mesmas torturas, corte dos mamilos, choques na vagina, além de estupro. Os homens também sofriam choques elétricos no pênis, nos testículos, nos lóbulos das orelhas e na ponta da língua. Entre tantas outras formas e instrumentos de seviciar um ser-humano.

A Marinha também tinha seu órgão de investigação, tortura e assassinato, o CENIMAR. O mesmo acontecia com a Aeronáutica. Tudo acontecia com cada ditador de plantão, de Castelo Branco a Figueiredo. Todos cometem crimes hediondos, crimes de lesa-humanidade.

Aqui ficam algumas reflexões sobre essa etapa histórica tão longa quanto dolorosa. Tenho 79 anos e, em um momento, percorrendo o olhar para umas dezenas de fotos daqueles e daquelas que lutaram com tanta certeza do que queriam, com inigualável desprendimento de seus interesses pessoais e conscientes do risco de perder a própria vida em pleno começo da juventude, não consigo me libertar da angústia de cada dia ao sentir a indiferença das gerações mais recentes e os desrespeitos dos governantes atuais deste país. Nas fotos, percebe-se em cada fisionomia, na expressividade dos olhos tranquilos, a força da dignidade e a certeza do caminho que cada uma, cada um escolheu. Tenho 79 anos. A maioria daquelas e daqueles camaradas, hoje, estaria com a minha idade, ou um pouco menos ou um pouco mais. No entanto, a maior parte daquela juventude empenhada na Resistência foi atingida pela mão assassina ensanguentada das Forças Armadas brasileiras para defender os interesses dos exploradores e opressores capitalistas do país e do governo nazi-fascista da maior nação imperialista do Planeta.

Mais angustiante e indignante ainda é o desprezo e o desrespeito do presidente Lula a todas as vítimas daquela ditadura sem fim até hoje. A sua frase insultuosa de “deixar de remoer o passado”, a sua decisão de não restabelecer a Comissão de Mortos e Desaparecidos é um escarro a todos (as) que dedicaram a sua juventude, a sua vida contra a opressão e seus crimes hediondos e de lesa-humanidade, apenas para dizer aos generais nazi-fascistas que ainda compõem o Exército brasileiro: “confie em mim, estou com vocês, fiquem tranquilos”. Bem sintomática a mensagem do Sr. Presidente: “vamos deixar de remoer o passado”, que é sinônima de “quem gosta de osso é cachorro”, de autoria de um psicopata nazi-fascista genocida que não se reelegeu. Frase que também se aplica a não reorganização da Comissão de Mortos e Desaparecidos.

Causa também indignação que esse mesmo presidente caracterize os bombardeios do nazista primeiro-ministro de Israel contra o povo palestino como holocausto sem tomar qualquer medida consequente, posteriormente, ou seja, sem romper as relações diplomáticas e com os acordos militares com esse Estado assassino.

Adubado com o esterco do negacionismo e da impunidade, o 1º de abril perdura há 60 anos alentando ervas daninhas da caserna a eclodirem novos golpes, com velhos cúmplices. O 08 de janeiro de 2023 comprova isso.

Todo repúdio à ditadura nazi-fascista das Forças Armadas brasileiras e seus comparsas civis-empresariais!

Por Justiça de Transição, já! Resistência Permanente ao Nazi-fascismo! O sonho não acabou, Viva o Socialismo!

QUARENTA ANOS DO MST

Adelaide Gonçalves, historiadora, Plebeu Gabinete de Leitura

Aquele menino filho do vento e que voava como as andorinhas Oziel Morreu pra quem não percebe Tanto broto renascendo Debaixo das lonas pretas, nos cursos de formação Ou já nos assentamentos, quando se canta uma canção, ou num instante de silêncio Oziel está presente porque a gente até sente pulsar o seu coração. (Zé Pinto)



Como parte do processo de construção “Rumo aos 40 anos do MST”, **e culminando numa celebração multitudinária e internacionalista no VII Congresso Nacional, em julho de 2024**, realizou-se em agosto de 2023, na Escola Nacional Florestan Fernandes, o Seminário Nacional MST e Memória com o objetivo de “discutir como dar intencionalidade à produção, à organização e ao cultivo da memória coletiva do MST enquanto movimento popular implicado na luta por transformação social e na emancipação humana”. O Seminário debruçou-se sobre a concepção e o papel da memória nas lutas da classe trabalhadora e trouxe à lume os fios da memória coletiva do MST e seus modos de cultivo, visando incidir na formulação de *uma política para o trabalho da memória*, como ferramenta estratégica na luta de classes. Ali conversamos sobre Cultura e Memória como Resistência Ativa e inspirados em Alfredo Bosi sobre *Cultura como tradição*, afirmamos sua reflexão sobre a cultura como processo, como trabalho, como ato no tempo. “Falar em cultura como tradição sem falar em memória é não tocar no nervo do assunto. A memória é o centro vivo da tradição, é o pressuposto de cultura no sentido de trabalho produzido, acumula do e refeito através da História” (Alfredo Bosi IN: Artepensamento, 1987)

1. SEMENTES DE MEMÓRIA

No Seminário começamos falando sobre Plantas e Livros semeando Memórias para assinalar os sentidos de Memória inscritos no Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, lançado pelo MST em janeiro de 2020. Do plantio almejado de 100 milhões de árvores, até aqui, as árvores plantadas se aproximam a 20 milhões e se espalha, em vários territórios, a Rede de Viveiros Populares, entre outras iniciativas. O Plano articula a produção agroecológica de alimentos saudáveis, a educação agroecológica, o cuidado dos bens comuns e a recuperação de áreas degradadas. Nas Escolas do Campo, as árvores do saber fortalecem

uma pedagogia do sonho ou do inédito viável, como pensado em Paulo Freire. São muitos e diversos os exemplos nos assentamentos, nas escolas, de experimentos de recuperação do meio ambiente, do plantio de uma agrofloresta, de um horto de plantas medicinais, de uma horta agroecológica... Saberes e Fazeres que, ao tempo terrível da pandemia e da fome, multiplicaram as ações de solidariedade, partilha e comida no prato. De destaque é o trabalho realizado há dez anos na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, no Assentamento Jacy Rocha, na Bahia; no Assentamento Contestado, no Paraná, a inauguração da Casa de Sementes da Escola Latino-Americana de Agroecologia, cujo lema ecoa uma mística: "As sementes são patrimônio dos povos a serviço da humanidade", e na pedagogia dos canteiros se aprendeu o resgate de técnicas construtivas de camponeses ancestrais. Nessa dimensão memorial, os Festivais de Arte e Cultura, Por terra, arte e pão, e os Armazéns do Campo formam uma celebração da agroecologia, da agricultura camponesa e das memórias partilhadas, em vista da atualização do Programa Agrário do MST e da luta por Reforma Agrária Popular.

O tempo das árvores, dos quintais brotando vida, enraizados nos saberes dos mais antigos, do embelezamento e o florido das Escolas, dos singelos jardins defronte às casas nos Assentamentos, do respeito e amor pela natureza e da procura por descobrir a memória de cada árvore; as marcas do tempo, o cheiro dos frutos... É uma resposta coletiva frente à tragédia das florestas queimadas, dos biomas sob ataque da motosserra, do grileiro, do narcogarimpo, das milícias fascistas...

2. “FAZENDO MEMÓRIA PARA CAMINHAR NA HISTÓRIA”

Aqui o inter-título é recordado da saudação de Pedro Casaldáliga à militância do MST numa noite memorável, realçando a força da memória na caminhada dos Sem Terra. O dito pode ser lido também em outras passagens igualmente notáveis – de Paulo Freire celebrando a força memoriosa das Marchas do MST como andarilhagens históricas, ou de Eduardo Galeano e José Saramago, em que sublinham os liames da memória social. O Trabalho do MST no campo da memória subversiva se irmana aos passos em comum construídos nas experiências das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra, entre outras, como visto nos documentos-denúncia contra a Ditadura Militar e Desarquivando Silêncios nos Arquivos Vivos de combate anti-fascista.

O que se quer assinalar é como a potência da Memória se forja no MST, os modos de escrever a história ao contrário, como em Walter Benjamin. Nas Marchas, numa toponímia de afirmação dos lugares de Memória – como na nomeação do Acampamento, Assentamento, Brigada, Escola, Bibliotecas, Centros de Formação... São os lugares sociais demarcando outra notação do tempo social: "quando a sombra errante vira gente", na expressão de Alfredo Bosi. Nos Arquivos vivos do MST (com particular atenção ao ITERRA - Instituto de Educação Josué de Castro e à Escola Nacional Florestan Fernandes) vamos encontrar um vasto repositório, desde o Boletim Sem Terra (ainda na Ocupação da Encruzilhada Natalino), o Jornal Sem Terra, a Revista Sem Terra, a Revista Sem Terrinha, as Cartilhas e Boletins de Educação, os Livros e Coletâneas, os Memoriais, os Documentários, o Cordel, os Cartazes, as Brochuras com as Canções, os Cadernos dos Círculos de Cultura, os Vídeos, os Cadernos de Literatura, os Painéis e vasta Iconografia em Álbuns e Exposições... Nas Brigadas de Alfabetização, inclusive em sua experiência internacional, a memória de quem viveu os cursos é um repertório singular. As múltiplas iniciativas de guarda e preservação da memória são um que-fazer constante no MST. Não raro, encontramos nos guardados memoriosos recortes do jornal Sem Terra,

bandeiras e faixas, camisetas que contam histórias de luta, cadernos anotados, cartazes e fotografias memoráveis por Douglas Mansur e João Sinclair, entre outros. Um sem fim de suportes de memória, alargando o conceito de Arquivo e se dispondo a compartilhar acervos com instituições universitárias, a exemplo do CEDEM/UNESP, fruto do notável trabalho de Bernardo Mançano, entre outros. Destaque-se também a bela iniciativa da Unifesp “Preservando a memória do MST”, em cooperação com a Universidade da Califórnia (Campus de Los Angeles), sob a coordenação do professor Clifford Welch, e da Casa Brasileira de Pesquisa e Cooperação, coordenada por Jade Percassi, visando catalogar, digitalizar e divulgar parte do acervo nacional do MST.

Neste esforço em assinalar os modos de recuperar (ou promover) variados registros de memórias, temos no MST um exercício em torno de Experiências e Vidas contadas. Em recente estudo (2019), a antropóloga portuguesa Paula Godinho assinala, recolha das memórias das mulheres do MST no Ceará, “quanto aos modos de delinear o porvir, com desejo e imaginação, e insistir com a esperança. Muitas memórias em recolha trazem o sabor de vitórias, por vezes relativas, contingentes, mas que mudam as vidas e inauguram caminhos (...) demonstram que o impossível pode estar no campo das possibilidades”. Outra inspiração vem de um bonito livro publicado no México, “La pintura en la pared. Una ventana a las escuelas normales y a los normalistas rurales”, de Luis Hernández Navarro (2023); sobre a história e memória das centenárias Escolas Normais Rurais no México e de como “marcham a contracorrente”. Sua leitura é uma convocatória à memória insurgente, ou como dito em Prefácio, “como uma janela na direção de acontecimentos-chave na luta desde abaixo e à esquerda”, para não permitir que “o esquecimento derrote a memória”.

3. A INTERPELAÇÃO DA MEMÓRIA ATIVA

Rosa Freire d’Aguiar visitou um Assentamento do MST e sobre este dia e aquele território escreveu um bonito relato: “MST Brava gente assentada: o assentamento Celso Furtado” (04/11/2014). Para ela, “A Ocupação é o cerne do MST”, “resume a dialética entre pressão e repressão” e “o Assentamento Celso Furtado é um retrato de corpo inteiro do que poderia ser o campo brasileiro quando (e se) for cumprido o preceito constitucional de desapropriação de latifúndios improdutivos; quando (e se) for praticada uma política de valorização da agricultura familiar frente ao gigantismo do agronegócio”. O nome do Assentamento é Celso Furtado, em homenagem ao pensador brasileiro e à sua obra. A toponímia, o nome do lugar, é no caso, o nome do território da reforma agrária. Os sentidos em nomear acampamentos, assentamentos, agroindústrias, cooperativas, escolas, brigadas, coletivos de arte e cultura, auditórios e espaços múltiplos, atestam um propósito pedagógico, o de estabelecer marcos simbólicos, um exercício de memória em ato. Donde e como brotam os nomes e os fatos homenageados pelo Movimento nos seus espaços de convivialidade e luta. Veja-se que não apenas nomes próprios participam deste fato memorial, também figuras do imaginário popular, assim como datas que simbolizam um tempo inaugural, de Outra História. Também em vários exemplos instaura e realça uma cronologia própria. Algumas datas são de impacto perene – 17 de Abril, do Massacre – passam a nomear lugares, e inscrevem uma repercussão no calendário social, se espalhando como Dia Internacional da Luta Campesina e tornando todo o Abril Vermelho. No caso do 17 de abril, do trauma profundo, da fratura do tempo, se recolhe uma inscrição de memória subversiva

Nossa reflexão pode também observar que “o território é bem mais complexo que um mapa”, assim pode-se pensar sobre as “cartografias dissidentes elaboradas coletivamente”,

o contra-mapeamento, “a contra-cartografia apresenta-se como uma forma de reclamar o território de volta e de propor imaginários radicais”, como no estudo de Leonor Rosas, em seu livro “De quem se esqueceu Lisboa? A luta pela inscrição da memória anticolonial e antirracista no espaço público” (2023), no capítulo “Inscrever a história na pedra: toponímia, memoriais e estatuária”, nos anima a pensar, na dinâmica memorial, a noção de “antimonumento”, aqueles que desafiam a lógica da memória oficial, “propondo histórias dissonantes e subversivas”.

4. AS MUDAS NÃO CALARÃO!

O alimento e a seiva ao 8 de março por certo se articulam ao convívio intergeracional no Coletivo de Gênero numa caminhada de muito estudo e reflexão, gerando novas epistemes anticapitalistas - feminismo camponês, gênero e classe... e novas coreografias, gestos, palavras e ações, ecoando as tantas Roselis, Marias, Marielles, Margaridas, Dorcelinas...

No 8 de março de 2006, quando as mulheres romperam o silêncio das mudas, centenas de mulheres militantes da Via Campesina ocuparam o viveiro hortoforestal da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, realizando uma das maiores ações diretas contra o monocultivo de eucalipto no Brasil. As Mudas não calarão! era a senha. O pacto ultra-reacionário de sempre destilou pesada carga contra o MST e a corajosa ação das Mulheres em Luta. A data adquiriu outra camada de memória: comemorou-se em 2021 os 15 anos do protesto das mulheres na Aracruz: uma história de luta e resistência! A propósito, leia-se “A luta do Oito de março como espacialização emancipatória do debate feminista no MST” de Rosmeri Witcel (2020). O Coletivo LBGTSemTerra assim se manifesta em 2021: “E foi um grito, dos sujeitos da diversidade sexual e de gênero, que fez surgir no interior do MST, as LGBT Sem Terra. Para esse sujeito coletivo, as portearas não estavam abertas e foi no estouro das correntes que a diversidade sexual se fez presente e respeitada na nossa organização. Esses sujeitos diversos ocuparam o MST e assim, junto com sua organização, foram ocupando outro latifúndio que é o da opressão patriarcal e heteronormativa que se vincula diretamente com a dominação de classe” (Página do MST, 01/01/2021).

5. A POESIA DA MEMÓRIA

A Poesia, a Literatura, o Teatro, a Música, o Cinema, no MST é capítulo que requer engenho, arte e pesquisa. Aqui, à vôo de pássaro, um breve comentário a exigir melhor escrita. Nesta senda de estudos, escutemos Roseli Caldart em seu “Sem Terra Com Poesia – a arte de recriar a história” (1987), onde nos convoca aos sentidos criadores da poiesis popular – os poemas, os cantos, a memória social da luta pela terra, as experiências e os signos das artes da resistência em sua perspectiva emancipatória.

A literatura como direito humano fundamental é uma lição de Antonio Cândido muito bem acolhida no Brasil pelo MST, como comprovam à larga suas publicações e as Jornadas Educativas Direito à Literatura, ou de como nos diria Michael Lowy, “Acho que a literatura é um aspecto fundamental de qualquer cultura revolucionária e crítica. Muitas vezes, a literatura nos faz entender melhor a sociedade ou as alternativas sociais do que os textos teóricos ou propriamente políticos. (...) Para mim, a literatura tem um papel ao mesmo tempo crítico, de compreensão da realidade, e de estímulo da busca de alternativas radicais. (...) [Notícias de Lugar Nenhum, de William Morris] é uma dessas obras em que a força subversiva da literatura se manifesta. Aliás, Marx e Engels sempre reconheceram isso. Eles têm, por exemplo, muita

admiração por [Honoré de] Balzac, ou por [Charles] Dickens. Marx dizia “eu aprendi mais com Balzac do que com dezenas de tratados de economia política” (cf. entrevista ao Brasil de Fato).

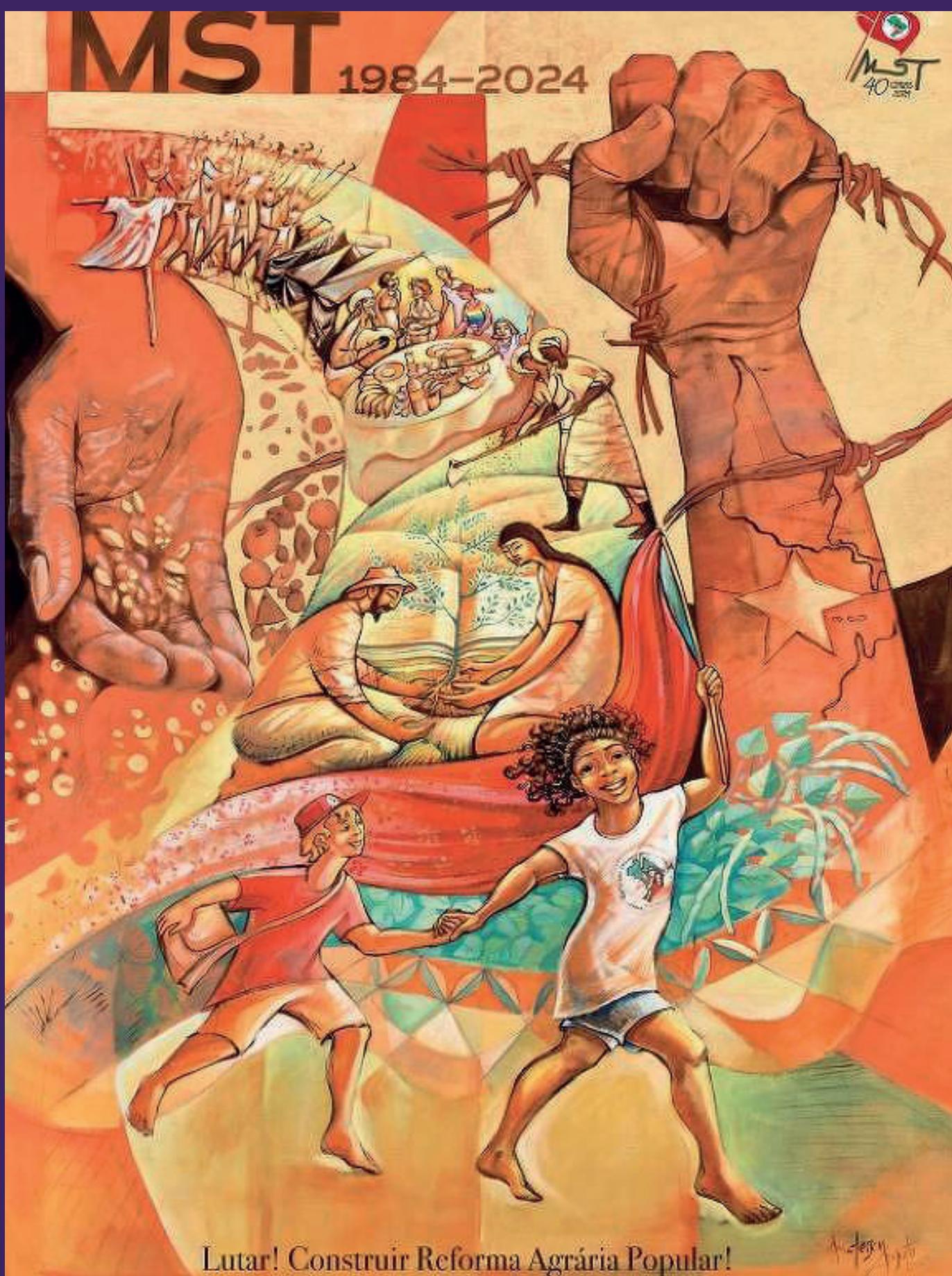
6. “UMA PARTILHA DO SENSÍVEL”

Quando se compartilha uma idêntica condição, ritualmente alimentada nas místicas, centrais no MST, gera-se uma partilha do sensível, recorrendo aqui a Jaques Rancière (2000); a partilha do sensível cria uma noção de comum. Quando o “Nós”, o pronome plural, adquire potência coletiva, como afirma Paula Godinho (2019). Isso é a Mística, a seiva das árvores da luta. A mística é o liame da memória social ativando o compromisso de luta e expressando os valores nos ritos, nos lugares sociais, nos símbolos e nas consignas de convocação e evocação da memória dos lutadores sociais (Jornal Sem Terra, jun. de 1989). Em “Brava Gente” (1999), João Pedro Stedile também fala sobre os símbolos e uma identidade Sem Terra. Roseli Caldart (2004) sublinha os conteúdos da mística na força dos gestos, na definição dos símbolos, na proclamação de valores e na construção de uma Pedagogia do Movimento. A mística e o MST talvez sejam uma das dimensões mais estudadas e em distintas abordagens. Não caberia aqui uma súmula, sempre rasa e incompleta. Entretanto, a reflexão de Michael Löwy nos ajuda a compreender a questão, desde os nexos com a utopia sócio-religiosa do Cristianismo da Liberação e em sua acepção mais alargada. Para Löwy, “a ‘mística’ – não na acepção estritamente religiosa do termo, mas no sentido mais amplo formulado por Charles Peguy – impregna de um modo geral a cultura sociopolítica secular do MST. O termo é empregado pelos próprios militantes para descrever a intransigência moral, o engajamento emocional, a devoção à causa com o risco da própria vida, a esperança de uma transformação social radical. Essa mística laica, esse milenarismo profano, são apresentados nos rituais, nos textos, nos discursos e na formação política dos militantes dos movimentos. Eles representam um tipo de investimento da “energia crente” dos militantes na utopia revolucionária do MST” (2016).

7. MASSACRE E A MEMÓRIA

Com a palavra, Gabriel Garcia Marquez: “A História da América Latina é também uma soma de esforços desmedidos e de dramas condenados de antemão ao esquecimento. A peste do esquecimento também existe entre nós. Passado o tempo, ninguém reconhece como verdadeiro o massacre dos trabalhadores da companhia bananeira, ou se lembra do coronel Aureliano Buendía” (1982). É o mote para alimentarmos nossa consciência histórica sobre o Massacre em Eldorado do Carajás. Passados 28 anos, na Curva do S, neste abril de 2024, o Acampamento da Juventude do MST renovou sua coreografia rebelde em compromisso com a memória subversiva, ou como dito por Alfredo Bosi: “... Da cera da vela que velou os defuntos de Eldorado se construiriam os fios da memória”. E com o escritor e jornalista Eric Nepomuceno, em seu livro “O Massacre: Eldorado do Carajás: Uma História de Impunidade” (2007), onde afirma “Mais do que revelar, quer recordar – soprar as brasas da memória para impedir que se tornem cinzas mortas”, posto que “Na Memória brasileira, essa ferida não termina de cicatrizar”. Ali, a memória do martírio sobre o povo Sem Terra e também sobre a natureza devastada pela ganância sem fim do capital e seus agentes - o latifundiário, o patrão escravagista, o banqueiro grileiro, a mineradora da lama, o grande pasto do agro...

Vou terminando com um convite feito pelo MST ao Plantio de bosques “40 árvores nativas para os 40 anos do MST” nos diversos territórios em luta.



Transição energética ou transição ecológica: Decifra-me ou te devoro

Soraya Vanini Tupinambá - Ativista da ecologia política, integrante do PSOL desde 2007, do Instituto Terramar e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental

A expressão que emoldura o debate político ecológico que queremos adubar remonta à mitologia grega, remetendo ao enigma de Tebas. Guardava os portões da cidade uma esfinge, uma criatura imponente com corpo de leão, asas de águia e face humana, que desafiava os viajantes com um enigma¹.

Pois bem, o enigma mantém seu poder e relevância na contemporaneidade ao adentrarmos no tema da transição energética e se não o decifrarmos, seremos existencialmente desafiados de maneira similar.

O pergaminho de incógnitas começa com o desafio de compreender essa expressão, tantas vezes soprada ao vento: a transição energética.

Decifrá-la no contexto da crise climática planetária e sistêmica atual é imperativo, assim como lançarmos um olhar desde o Nordeste brasileiro, do Brasil e da América Latina. Uma lente do sul global, que contempla os sistemas de exploração econômica, ecológica e política que moldaram, ao longo de séculos, estruturas sociais, econômicas, políticas, ecológicas e culturais, deixando marcas na pele do tempo, das espacialidades e dos corpos, além de desigualdades, divisões étnicas e culturais, dependências e dominações colonialistas.

O conceito de transição energética é objeto de disputa. Caracterizar o sistema energético convencional e as diferentes abordagens da transição energética nos ajuda a compreender melhor esse processo em debate. A proposta de uma transição ecológica ganha relevância crescente, sendo vital como a água para a terra, ir mais longe, e destacar as mudanças necessárias que devem ser consideradas em termos de justiça social e ambiental desde o sul global ao pensarmos a questão energética, e com ela a questão do desenvolvimento.

Outra questão fundamental é compreender a urgência de promover esses processos de transição, sem perder de vista que eles são apenas meios, caminhos e rotas, e não os objetivos finais. O verdadeiro desafio dos tempos atuais é lidar, evitar e minimizar os impactos da emergência climática, que como vemos em citação abaixo é uma realidade que, a cada dia demonstra de maneira crescente sua inevitabilidade, e é vivenciada pelos diversos seres e sistemas vivos que coabitam o sul global e o planeta, aprofundando as “cicatrizes do tempo e das espacialidades das emergências climáticas”.

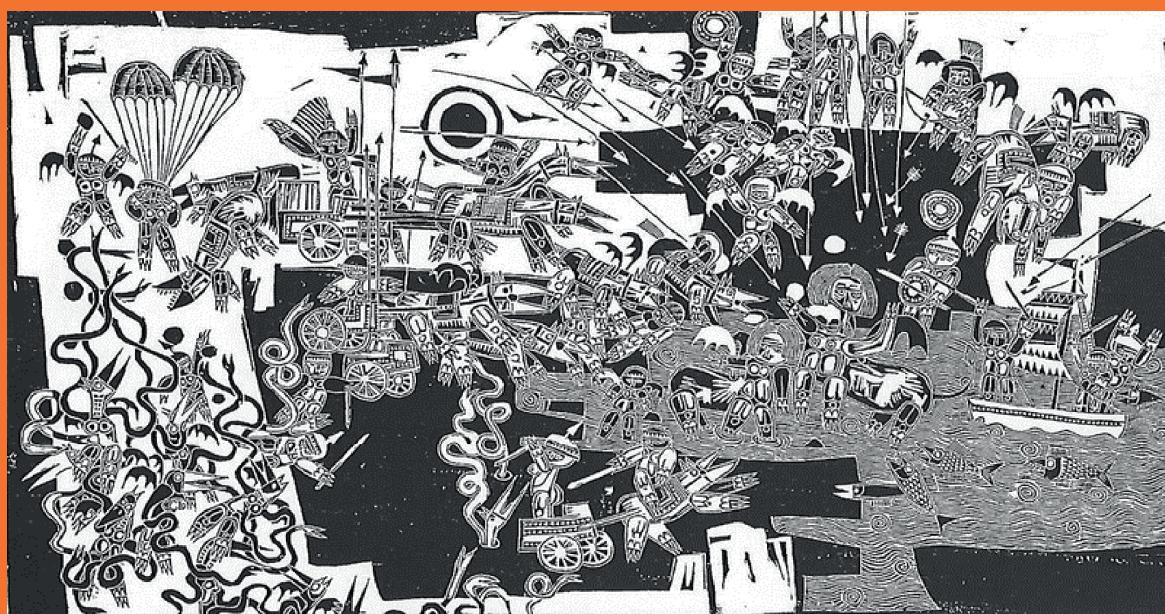
¹ O enigma da Esfinge transmite uma mensagem sobre a natureza humana e o ciclo da vida e desafiava os viajantes a o decifrarem, e quem falhasse era devorado. O enigma da Esfinge era: “Qual é o ser que tem quatro patas de manhã, duas à tarde e três à noite?” A resposta correta era o ser humano, que engatinha na infância, anda ereto na idade adulta e usa uma bengala na velhice. Ele destaca a importância da reflexão, do autocognoscimento e da compreensão das mudanças que ocorrem ao longo da vida. Além disso, ressalta a ideia de que os desafios podem ser superados com inteligência e criatividade na esfera da individualidade e quiçá das coletividades.

Além disso, é crucial compreender a sua interconexão com o esgotamento de um modelo de desenvolvimento baseado na depredação, injustiça, desigualdade e perversidade, que persiste até os dias atuais

A correlação entre a ação humana e o aquecimento do planeta não é mais apenas uma hipótese científica. Nas últimas décadas e, em particular, a partir do ano de 2021 (IPCC, 2021, 2022, 2023) pesquisadores de diferentes disciplinas, reunidos em conselhos científicos compostos por especialistas de diversas nacionalidades e horizontes chegaram à conclusão inequívoca de que, sim, o aquecimento global é causado pela ação humana. Dentre elas, o uso de combustíveis fósseis, as queimadas associadas à conversão de florestas em pastos, a indústria e o transporte são os principais responsáveis pelo aumento da temperatura média do planeta, pelas mudanças climáticas a ele associadas e pelos eventos climáticos extremos que vêm se intensificando nos últimos anos no Brasil e no mundo . Mello, C. C. A., Malerba, J., & Tupinambá, S. (2024, p. 6).

O paradigma de desenvolvimento ao qual aludimos está profundamente entrelaçado ao colapso climático e civilizacional em que nós iminentemente nos encontramos. Este discernimento constitui o fundamento sobre o qual se ergue nossa análise dos desafios da necessidade de uma transição ecológica, para além de uma transição energética. Ademais, dois pilares devem integrar a base de nossa compreensão. Em primeiro lugar, ressaltam-se os limites naturais, abarcando a finitude planetária, inclusive das fontes energéticas que sustentam a atual matriz energética global, cuja expansão continua gerando e aprofundando impactos nos ecossistemas, territórios e comunidades, exacerbando a finitude planetária e as crises contemporâneas.

O segundo elemento é a inequidade inerente ao modelo de desenvolvimento, o qual perpetua um sistema energético e um modelo de desenvolvimento fundamentado na injustiça e no racismo ambiental, privando comunidades de seus bens naturais e culturais e causando danos irreparáveis aos sistemas de vida, biodiversidade, modos de vida e economias locais. É neste contexto que as raízes da pobreza, injustiça e desigualdade energética e do modelo de desenvolvimento se estabelecem e se manifestam.



Édipo decifra o enigma da esfinge, 1963-xilogravura em preto e branco, 34,9x65,5cm. Coleção Adriana Maciel.
Foto Antônio Caetano. Catálogo Mostra Rio Gravura. Espaço dos Correios, Rio de Janeiro, 1999

Diante desse panorama de crise sistêmica, climática e energética, a resposta global tem sido paradoxalmente uma intensificação do desenvolvimento extrativista predatório e, muitas vezes, uma persistência das lógicas coloniais através da exploração de petróleo, gás natural², carvão, hidrelétricas, mineração, extrativismo agroindustrial, expansão das renováveis, hidrogênio verde, resultando na exploração desenfreada de territórios e seus bens naturais constituintes da tessitura da vida e na violação sistemática dos direitos de povos, grupos étnicos, raciais e racializados e dos direitos da terra como se afirma a seguir.

A proposta que hoje tem mais espaço na esfera política e nas economias dos países mais ricos é a visão corporativa da transição energética, também conhecida como "new deal verde", ou "modernização ecológica". Essa é a escolha política que se consolidou no mundo atual para se lidar com a questão climática e a transição energética. O que propõe essa visão? Em resumo, a ideia de que mudando o perfil das fontes de energia consumidas pelos países (a chamada "matriz energética") para fontes que não emitam ou emitam pouco carbono e gases de efeito estufa, resolveremos a questão climática sem ter que mudar o atual modelo de produção e consumo disseminado pelo planeta. Essa visão parte de uma concepção onde a mudança de fontes e a inovação tecnológica (fósseis à renováveis, eficiência, geoengenharia), aliados ao financiamento adequado e o desenvolvimento de mecanismos de mercado seriam adequados e suficientes para promoção de uma transição energética justa, sem considerar a dimensão social, política, ecológica e cultural envolvida nessas mudanças. Dessa maneira a energia é reduzida a dimensão mercadológica, se colocando como uma força abstrata apartada de seu contexto social. Por isso ela é chamada de "capitalismo verde", pois se trata de uma versão "ecologizada" do modelo de economia e sociedade seguido pela maior parte dos países na atualidade e seus fundamentos e implicações não são colocados em questão. Inegavelmente, essa solução tem seus atrativos.³

Os desafios contemporâneos no entanto, apontam para uma mudança radical de curso, colocando no centro do debate político a necessidade de reconfigurar as relações, reconhecer o papel crucial da América Latina, do Brasil e do Nordeste brasileiro na geopolítica dos bens naturais, da produção e acumulação de riquezas, e na proteção dos bens comuns, bem como na integração de todas essas dimensões em nossa compreensão coletiva.

É imperativo conectar o debate sobre energia com o debate sobre território, sobre água, mineração, biodiversidade, soberania alimentar, soberania hídrica, respeitando e protegendo nossas fontes de vida. O debate energético deve ser enriquecido pela consideração da pobreza e do desenvolvimento, indo além da mera redução das emissões de CO₂, sem cometer o equívoco de desconsiderá-la.

2 Gás natural é uma mistura de hidrocarbonetos leves, principalmente metano, com quantidades menores de etano, propano e butano, além de traços de outros compostos. É uma fonte de energia não renovável encontrada em reservatórios subterrâneos e é amplamente utilizada para geração de energia, aquecimento e como matéria-prima na produção de produtos químicos. Uma parte significativa do gás natural é obtida através do fracking, ou fraturamento hidráulico, que se constitui em uma técnica de extração de gás e petróleo que envolve a injeção de água, areia e produtos químicos em alta pressão em formações rochosas para liberar os hidrocarbonetos retidos. Embora seja uma técnica controversa devido a preocupações ambientais, como o potencial de contaminação da água subterrânea e atividade sísmica induzida, o fracking tornou-se uma prática comum em muitas regiões produtoras de gás natural, como os Estados Unidos.

3 Mello, Cecília Campello A. Da transição energética à transição ecológica: a contribuição da justiça ambiental e um convite ao debate / Cecília Campello A. Mello, Julianna Malerba, Soraya Tupinambá. -- Rio de Janeiro: FASE, 2024. https://fase.org.br/wp-content/uploads/2024/03/transicao_energetica_ecologica-VF.pdf

Olhar para além das rotas, e também transcender as lógicas da matriz energética ancorada em combustíveis fósseis é essencial. Significa adentrar uma compreensão abrangente e multi-facetada da transição energética contemporânea. O atual sistema energético, sobejamente evidenciado em nosso cotidiano, revela-se como um reflexo do modelo de desenvolvimento perverso, excludente e injusto que permeia nossas estruturas sociais. Na América Latina, observamos um sistema energético fortemente dependente de fontes fósseis, orientado para exportações e mercantilização da energia. Além disso, baseia-se na incessante busca por atender a uma demanda energética crescente, cuja expansão desenfreada é insustentável em termos de preservação da sustentabilidade planetária.

Além do aspecto supracitado, ao examinarmos os dados atuais sobre a produção de energia global, deparamo-nos com um cenário preocupante: em vez de uma transição energética, isto é, a substituição de fontes de energia fósseis por renováveis, estamos testemunhando um aumento na produção total de energia. Isso ocorre devido ao investimento em energias renováveis que não substituem, mas se somam à extração de petróleo, gás e carvão, e estão em franca expansão. Nossa análise é corroborada por estudos de historiadores da ciência, da tecnologia e do meio ambiente, que evidenciam como, apesar do discurso sobre o esgotamento desses recursos, a exploração de fontes energéticas sempre seguiu uma lógica cumulativa, em vez de substituição sucessiva.

Por sua vez, é nesse cenário que se coloca a urgência de redefinir, ressignificar e reconstruir as relações de poder que estão intrinsecamente ligadas à concentração de propriedades e riquezas que sustentam o atual sistema energético convencional. Embora a transição energética muitas vezes seja compreendida como uma mudança das fontes de combustíveis fósseis para energias renováveis, seu cerne reside na transformação do próprio sistema energético. Este processo implica desmercantilizar a energia e utilizá-la como catalisador para uma profunda mudança socioecológica e política nos países e territórios.

Contudo, ao mesmo tempo, não podemos ignorar as ameaças que essa transição energética também representa para as comunidades e sociedades. A abordagem mercantilista e corporativa da transição energética atual frequentemente desconsidera os impactos nos territórios, associadas a expansão das renováveis, bem como minimiza a importância de considerar as necessidades minerais para implementar sistemas de energia eólica e solar.

Os minerais de transição, como lítio, níquel e cobalto, são essenciais para tecnologias renováveis, presentes em baterias de veículos elétricos e elementos raros⁴ estão presentes em ímãs de turbinas eólicas. Além disso, o cobre e o alumínio desempenham papéis cruciais em linhas de transmissão de energia. Entre 2017 e 2022, a demanda por esses minerais aumentou substancialmente, impulsionada pelo avanço das energias renováveis. Se o objetivo global é atingir emissões líquidas zero de gases de efeito estufa, a demanda por minerais de transição precisará aumentar seis vezes até 2040, elevando o valor de mercado desses minerais para mais de US\$ 400 bilhões. Nesse contexto, países como Chile, Peru, Argentina e Brasil

⁴ Os elementos raros, também conhecidos como elementos de terras raras (ETRs), consistem em um grupo de 17 elementos químicos na tabela periódica. Eles são: 1. Lantâno (La); 2. Cério (Ce); 3. Praseodímio (Pr); 4. Neodímio (Nd); 5. Promécio (Pm); 6. Samário (Sm); 7. Európio (Eu); 8. Gadolínio (Gd) 9. Térbio (Tb); 10. Disprósio (Dy); 11. Hólmio (Ho); 12. Érbio (Er); 13. Túlio (Tm); 14. Itérbio (Yb); 15. Lutécio (Lu); 16. Escândio (Sc); 17. Ítrio (Y). Estes elementos são frequentemente agrupados juntos devido a suas propriedades químicas similares e à sua ocorrência conjunta em depósitos minerais. Eles desempenham papéis importantes em uma variedade de tecnologias, incluindo eletrônicos, ímãs de alta resistência, catalisadores e iluminação LED, tornando-os essenciais para a transição energética e para muitas outras indústrias modernas.

assumem relevância, com destaque para o Triângulo do Lítio (Chile, Argentina e Bolívia), onde concentram-se a maior parte das reservas mundiais dessa comodities.

No contexto da América Latina e do Brasil, a mineração e o processamento de minerais de transição tem devastado paisagens, comprometido a disponibilidade de água, dizimado a biodiversidade, expelido gases de efeito estufa e levado a abusos de direitos humanos que podem ser intensificados significativamente. Há também preocupações de que a concorrência por esses recursos possa agravar as tensões geopolíticas.

Na atual conjuntura, que demanda a redução de emissões de CO₂, as turbinas eólicas surgem como uma alternativa promissora para a geração de energia, especialmente quando consideradas isoladamente como uma tecnologia inovadora. No entanto, ao analisarmos os locais de implantação, a escala e a concentração dos parques eólicos no Brasil (90% no nordeste), percebemos que essa visão otimista se dissipa.

As eólicas instaladas em terra têm gerado um significativo impacto territorial no Nordeste brasileiro. São 1043 usinas, 15,4% da matriz elétrica (2^a fonte) com 11.183 aerogeradores, em 12 estados, com 31,1 GW de capacidade instalada e 29,95 GW em operação comercial (ABEE-OLICA, Março de 2024). As eólicas ocupam em 2024 de acordo com a ANEEL, 943.000 ha considerando os projetos em operação (1035).

Essa indústria tem gerado impactos junto às comunidades rurais, muitas tradicionais, na serra, no sertão e no litoral. São pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas, sertanejos(as), fundos e fechos de pasto (BA), pequenos(as) agricultores(as), assentados(as), quilombolas e indígenas e os impactos se manifestam sobre serras, sertões e litorais do nordeste brasileiro, comprometendo a disponibilidade de água, desmatamento, restrição de acesso a bens naturais e ecossistemas, desarticulação da agricultura familiar, da pesca artesanal, da agroecologia, arrendamentos de terra injustos, danos a biodiversidade, poluição sonora, resultando em prejuízos à saúde e na identificação de uma “síndrome da turbina eólica”, que se manifesta através de sintomas como dores de cabeça, zumbido nos ouvidos, vertigens, distúrbios do sono e transtornos psicológicos. Além disso, há impactos visuais irreversíveis e aumento das vibrações nas áreas circundantes. Os aerogeradores também emitem infrassons, imperceptíveis ao ouvido humano, mas prejudiciais à saúde humana e à fauna, especialmente aves e morcegos. Em resumo, as pessoas que residem próximas a parques eólicos enfrentam problemas de saúde e, quando possível, são obrigadas a se mudar em busca de uma melhor qualidade de vida.

O que tem sido observado e amplamente documentado no nordeste brasileiro é a expansão significativa das instalações de usinas eólicas e solares em terra, juntamente com os planos de implementação de 95 mega usinas eólicas no mar (offshore) brasileiro. Esses projetos estão em uma escala que apresenta potenciais impactos devastadores sobre os territórios pesqueiros e os ecossistemas marinhos. Além disso, a expansão das energias renováveis está vinculada à produção projetada de hidrogênio verde para exportação como commodity energética para o mercado global. Essa abordagem, que trata a energia como uma mercadoria, está gerando conflitos socioecológicos em rápido crescimento e representa uma ameaça para os defensores do meio ambiente. A proposta de transição energética está, em grande parte, limitada pelo contexto do sistema econômico, político e social atual, que ainda não reconhece os limites planetários e continua a priorizar o crescimento econômico sobre a sustentabilidade ambiental.

Na perspectiva da ecologia política, a crescente demanda por minerais críticos e terras raras representa uma nova corrida territorial, refletindo a transição da acumulação baseada em combustíveis fósseis para uma orientada pela desfossilização. Esta transição, no entanto, não garante uma mudança na lógica de desenvolvimento extrativista, apenas na fonte de extração, gerando novos desafios. É crucial desenvolver estratégias coletivas e regionais para enfrentar essa ameaça.

A transição energética é um processo necessário, porém com um sentido a ser disputado. Deve ser uma mudança profunda que transcende o reducionismo da simples mudança de fontes energéticas, visando uma transformação sociopolítica e cultural. Uma transição verdadeiramente justa e inclusiva na América Latina demanda uma abordagem multidimensional que ataque as causas estruturais da crise energética e promova uma transformação do sistema energético rejeitando ao mesmo tempo a reafirmação de lógicas e sistemas existentes.

No sentido de que quando falamos dessa transição, estamos falando desse confronto entre o que é a transição corporativa, reduzida ao debate técnico-econômico, ou seja, a transição energética mercantil, e o debate sociológico-político que a transição energética e ecológica proporciona. Alguns elementos que compõem essa transição em curso têm a ver com a transição energética corporativa, combinando os interesses de empresas e Estados, mas marginalizando a sociedade do processo.

No entanto a transição ecológica que concebemos implica uma redefinição das relações entre sociedade e natureza, a redistribuição do poder e da riqueza ligados ao sistema energético e a adoção de formas alternativas de gestão energética baseadas na participação da sociedade civil e no respeito aos direitos dos múltiplos e variados povos e da natureza.

A eficiência energética é não só a uma escolha sensata, mas uma necessidade premente em um mundo onde os recursos são finitos e as consequências dos desvios de consumo irrefreado são cada vez mais evidentes. Ela exige um paradigma de gestão que valorize não apenas a quantidade, mas a qualidade da energia produzida e consumida. Uma gestão que não se baseie na oferta indiscriminada, mas na análise criteriosa da demanda real e na busca por soluções adaptadas às necessidades locais e regionais.

Significa também repensar a produção e o consumo de energia, questionando os tipos de energia utilizados e para quem ela é destinada. A democratização da energia não apenas no acesso, mas também na tomada de decisões sobre o sistema energético é fundamental para alcançar a soberania energética, territorial, hídrica e alimentar.

Em suma, a transição energética deve ser entendida como um processo complexo que vai além da simples mudança de fonte, envolvendo uma transformação profunda das instituições sociais, políticas e econômicas em direção a uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável. Visa gerar uma abordagem social, ecológica, política, cultural e tecnológica multidimensional.

Nesse sentido, essa transição busca um ponto de vista da transição energética com essa diversidade de fatores, atores, relações e conexões. Significa a transformação da relação entre sociedade e natureza. Significa a redistribuição do poder, da riqueza e da propriedade ligados ao sistema energético, e a partir desse sistema avançar para o que é o conjunto de sistemas que compõem a vida das sociedades e o destino dos territórios.

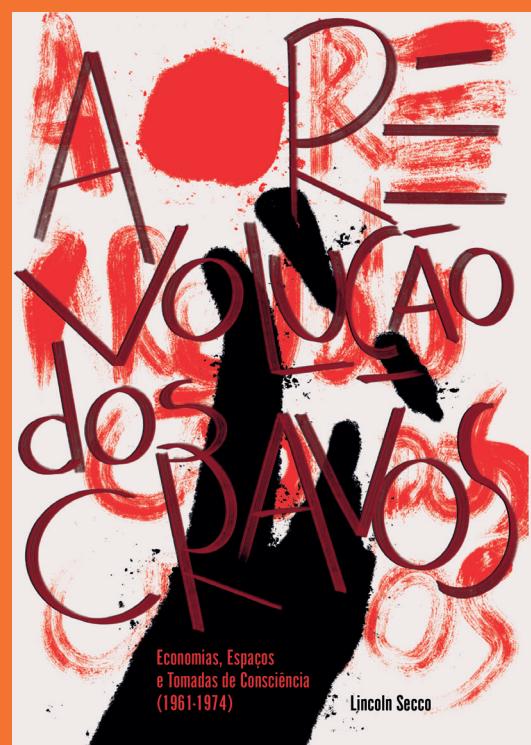
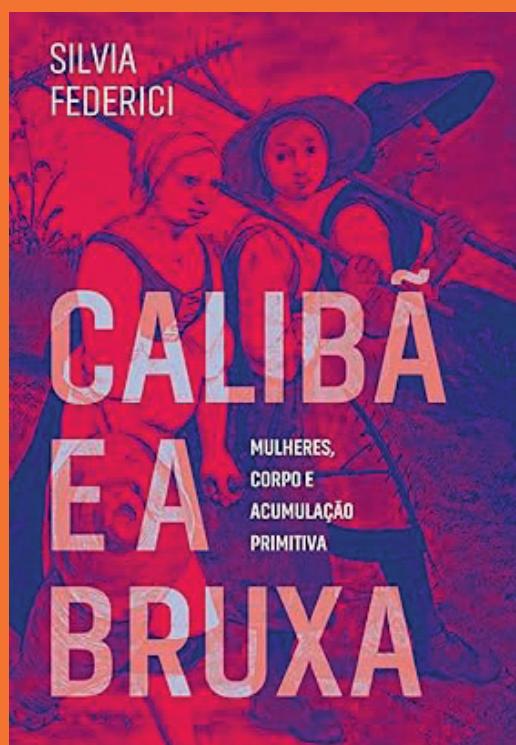
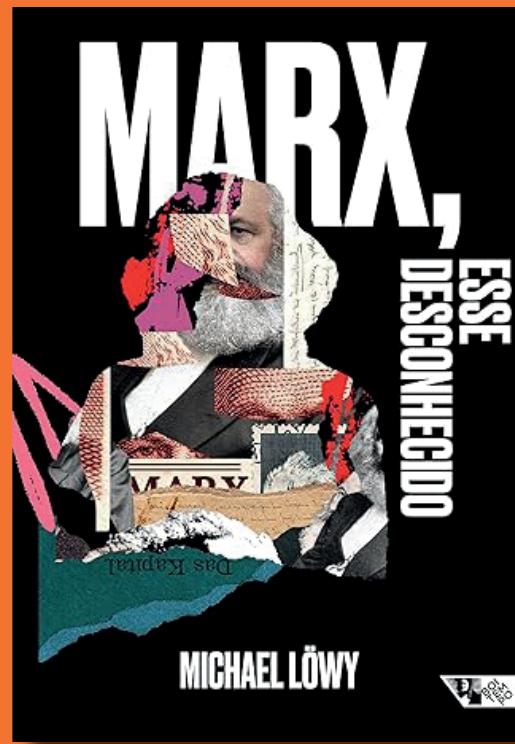
Formas alternativas de gestão e governança energética surgem como sementes plantadas no solo fértil da participação ativa da sociedade civil. É um convite para gerar energia com reverência aos direitos dos povos, aos direitos territoriais e à sacralidade da terra. Ressignificar a energia como bem comum é entrelaçá-la com outros tesouros da vida, como água, alimentos, território e biodiversidade. É um chamado para construir processos com e para os trabalhadores e comunidades, que hoje estão mergulhados em lógicas de desenvolvimento extrativistas. Eles precisam desvendar os caminhos da transição, guiados pela luz da transformação. É hora de tecer uma nova trama, onde a energia flua entrelaçada com a vida, nutrindo corações e mentes em um ciclo sagrado de cuidado e respeito mútuo.

Por que a transição energética? Por que escolher certos tipos de energia? Estas são perguntas que nos posicionam num lugar de compromisso com os destinos na terra. Como a energia está sendo gerada para atender às necessidades da sociedade? E que necessidades são essas? A transição energética não é apenas uma mudança de paradigma, mas uma jornada de descoberta, onde nos confrontamos com necessidades existenciais. Significa repensar e redefinir a produção e o consumo. Avançarmos em eficiência energética.

E para quem é a transição energética? Esta é uma pergunta que ecoa desde os territórios, sertões, dunas e salares, montanhas e vales, nos rios e florestas, uma pergunta que nos desafia a repensar o nosso lugar no mundo. A transição energética não é apenas uma questão técnica, mas uma questão de justiça socioambiental, de equidade.

Há elementos da transição que nos convidam a explorar novos horizontes, como a microgeração distribuída, o autoconsumo, sistemas energéticos locais que atendem às demandas específicas de cada comunidade. O conceito de prosumidor de energia, aquele que produz e consome ao mesmo tempo, nos leva a uma reflexão profunda sobre o nosso papel como agentes de transformação. Ideias que se conectam com justiça socioambiental participativa e cooperativa. Uma transição socioecológica, que se relaciona com a transição energética não vai ser possível se não envolver as economias transformadoras de energia.

A soberania energética e as diversas soberanias se relaciona com dignificação do acesso à energia e aos bens naturais e culturais comuns. É hora de escrevermos juntos um novo capítulo, onde a energia seja uma sinfonia delicada, entoada em sintonia com a natureza e com os anseios da humanidade.





CENTELHAS

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS:

INSTAGRAM: @CENTELHASQI

FACEBOOK : CENTELHASQI

centelhas



t e n d ê n c i a m o v i m e n t o

